

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO**  
**1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso**

**Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009**

**DISCURSO, MÍDIA E RESISTÊNCIA: A CONSTITUIÇÃO DE UMA IDENTIDADE  
DE ESQUERDA DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA**

Israel de Sá  
israeldesa@gmail.com  
Mestrando  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Em 1º de abril de 1964, teve início no Brasil um dos períodos mais conturbados de sua história, a Ditadura Militar Brasileira, que duraria vinte e um anos, até 1985, quando se estabelece o processo de redemocratização. Durante período ditatorial, cinco presidentes passaram pelo governo (João Castello Branco, Arthur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo, respectivamente do início ao fim do regime) e estabeleceram um movimento em que o grau de fechamento do regime variou de acordo com as necessidades de manutenção do governo, o que possibilitou no campo discursivo um enfrentamento entre dois pólos (o próprio regime e a oposição que fazia resistência a ele), permeado pela censura e pela ameaça de tortura contra aqueles que desafiavam a ordem.

Nesse sentido, a produção discursiva se estabeleceu a partir desse movimento repressão/distensão, o que possibilitou a circulação de textos de diferentes gêneros discursivos, predominando, de acordo com as rupturas estabelecidas na história e o grau de confronto entre regime e resistência, um determinado tipo de gênero discursivo – gênero doutrinário, memorialista, jornalístico etc.

Esse momento ditatorial deixou marcas na estrutura social brasileira que são perceptíveis ainda hoje. A supressão das liberdades e a interdição de falas oponentes pela repressão política foram acompanhadas de uma exaustiva propaganda nacionalista e da busca do fortalecimento econômico, principalmente no período mais repressivo, que conjugou os *Anos de Chumbo* e o *Milagre Econômico* (GORENDER, 1985). Ao mesmo tempo, esse foi um período de efervescência cultural impulsionada pelo crescimento da mídia. A contestação por meio da fala pública nos meios de comunicação de

massa tornou-se audível especialmente na música, no teatro e nas manifestações populares. Compositores como Chico Buarque, Caetano Veloso, Geraldo Vandré, Sidney Miller, entre outros, sofreram censuras e perseguições políticas que obrigaram alguns a buscarem exílio em outros países. Outras falas ficaram à margem da midiaticização de nossa sociedade: discursos doutrinários produzidos por grupos da esquerda circulavam em panfletos mimeografados, quase invisíveis, numa deriva subterrânea. Entretanto, logo após o início da *abertura política* o fluxo desses discursos muda de direção: enquanto a música e o teatro se retraem, passam a aparecer as memórias tanto de militantes da esquerda quanto de participantes do governo militar, narrativas de quem viveu a clandestinidade da repressão e de quem atuou nos porões do regime. A grande mídia abriu, então, canais para os relatos, dando voz às polêmicas e réplicas. As falas políticas, antes interditadas, se espetacularizaram nas arenas midiáticas.

Compreendendo que o termo “esquerda” sofre movimentos e deslocamentos em sua carga semântica de acordo com as fases do período militar – passando da radicalidade da fase repressiva ao conservadorismo da fase de abertura – os efeitos de sentido produzidos por esses discursos podem ter conseqüências nas negociações em torno de uma *identidade de esquerda*. Os textos doutrinários emitidos em manifestos e comunicados pelas organizações – muitas delas armadas – procuravam construir uma nova identidade para a esquerda e que, com a abertura política iniciada no final da década de 1970, o texto midiático impulsiona um estatuto de espetáculo ao discurso político, com a ampliação da utilização de imagens rodeando o texto verbal e que produz efeitos que sustentam ou diluem identidades de esquerda – é isso que propomos verificar em toda a nossa pesquisa.

Nesse sentido, para este trabalho, propomos a análise de textos doutrinários – documentos emitidos pela Guerrilha do Araguaia entre 1971 e 1974 – e de textos midiáticos – algumas matérias da revista *Veja* da segunda metade da década de 1970 – para compreender a passagem da repressão à abertura, da radicalidade à espetacularização do discurso político, e, desse modo, o fortalecimento ou a diluição (fragilidade) das identidades de esquerda. Para isso, buscamos aporte nas bases teóricas da Análise do Discurso de linha francesa e da Nova História. Assim, acreditamos, será possível estabelecer a relação entre discurso e memória, a passagem de uma memória do verbal para a constituição de uma memória do visual, do icônico, que nos permitirá compreender esse movimento entre censura, repressão e espetáculo.

### **História e discurso, uma relação intrínseca**

Desde a fundação do campo teórico da Análise do Discurso (AD), no final da década de 1960, por Michel Pêcheux, se estabeleceu uma forte relação nos estudos lingüísticos entre a língua (a estrutura), linguagem, e a histórica. A AD se estabelece como plano teórico no atravessamento entre os diversos campos disciplinares para deles emprestar e neles questionar objetos e conceitos (COURTINE, 2006). Ainda que de maneira não muito clara, firme, em seu início, já se podia perceber

essa relação no próprio conceito de Formação de Discursiva, noção que aproxima mais claramente Pêcheux de Michel Foucault. Porém, é nos trabalhos dos analistas do discurso da década de 1980, Pêcheux e Courtine, em seu trabalho a respeito dos discursos comunistas endereçado aos cristãos, notadamente, que essa relação, discurso e história, se mostra mais clara.

Courtine propõe pensar a FD como ‘fronteiras que se deslocam’ cujo movimento é impulsionado pela memória discursiva. [...] inserir no coração da noção de FD a problemática da memória cujo trabalho produz a lembrança ou o esquecimento, a reiteração ou o silenciamento dos enunciados. Essa problematização institui o território da História como o campo das FDs. Isso torna possível enxergar, na dispersão dos enunciados, certas regularidades nos acontecimentos discursivos, pois toda a massa de textos que pertencem a uma mesma FD inserem-se em um campo em que podem ser estabelecidas identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos, segundo regras específicas das práticas discursivas de um certo espaço e tempo (GREGOLIN, 2007, p. 159).

A problemática central que envolvia esse campo teórico à época de seu surgimento era, segundo Courtine, “elaborar uma concepção do discurso que fizesse dele um objeto essencial para a compreensão das realidades históricas e políticas, um nível de intervenção teórica crucial para quem desejava, ao mesmo tempo, compreender a sociedade e operar sua transformação” (2006, p.38). Observa-se, nesse sentido, como já apontamos, que a AD objetivava, desde seu nascedouro, uma aliança entre a lingüística e a história.

O discurso, considerado como prática, como processo, tem relações com o “extralingüístico”. Encontra-se, assim, uma proximidade com o que propõe Foucault em *A arqueologia do saber*, em que entende, segundo Robin (1977, p.27), “o conjunto de regras que envolvem e submetem o sujeito, desde que ele toma parte no discurso. Por isso, o discurso supõe o conjunto de relações extralingüísticas que o constituem”. Dessa forma, na junção entre o que é próprio da língua e o que o acompanha na sua realização, na sua condição de realização o discurso é o lugar do encontro do lingüista com o historiador. Mas, como apontou Gregolin, com a problemática da memória estabelecida por Courtine, o Histórico é retirado de sua exterioridade para ser incorporado e estabelecer uma relação intrínseca com os discursos.

Nesse sentido, é fundamental a compreensão da idéia de memória no interior desse campo teórico. E isso se faz ainda mais necessário para se pensar, é o que se propõe neste trabalho, os movimentos discursivos durante a ditadura militar no Brasil e, conseqüentemente, uma possível espetacularização da memória por meio da mídia.

A mídia, nas palavras de Le Goff (1990), tem papel importante na construção da memória através do tempo, pois é com a invenção da imprensa que começa a se distinguir uma transmissão oral de uma transmissão escrita, até então pouco definida.

Com o impresso... não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas é frequentemente colocado em situação de explorar textos novos. Assiste-se então à exteriorização progressiva da memória individual; é do exterior que se faz o

trabalho de orientação que está escrito no escrito” (LEROI-GOURHAN apud LE GOFF, 1990, p. 457).

O analista do discurso busca nos discursos a relação que se estabelece na história e produz uma memória. Ao mergulhar nos documentos, ao escavar esses arquivos, esse método de análise da História encontra os discursos. É por meio da análise, mais, da problematização desses discursos encontrados sob a forma de arquivos que se pode apanhar os movimentos da História. A base dessa movimentação está nos enunciados, em suas relações com a história; assim, analisando o modo de formação dos enunciados, pode-se estabelecer, em um determinado momento histórico, os acontecimentos discursivos e as rupturas que possibilitam a emergência de um novo regime de verdade (FOUCAULT, 1979).

Portanto, é possível destacar que a história apresenta uma perspectiva discursiva, que ela não é história sem discurso já que ela faz parte da ordem do discurso. A história apresenta uma ligação com as práticas, assim como afirma Orlandi (1990):

Os discursos estabelecem uma história. A história, em nossa perspectiva discursiva, não se define pela cronologia, nem por seus acidentes, nem tampouco pela evolução mas pela produção de sentido. Ela é algo da ordem do discurso. Não há história sem discurso. É aliás pelo discurso que a história não é evolução mas sentido, ou melhor, é pelo discurso que não se está só na evolução mas na história (p. 15).

É nesse sentido que propomos a discussão acerca do *corpus* e das problematizações anteriormente propostas. Pensar a relação entre discurso e história é fundamental para a compreensão do funcionamento do discurso político na transição de uma sociedade repressiva, marcada pela censura, para uma sociedade midiática, permeada pelo espetáculo.

### **As negociações identitárias durante a ditadura militar**

Ao tratar de *Identities*<sup>1</sup> – da produção e formação de identidades – é preciso atentar que elas não são estáticas, que uma vez constituídas por determinado sujeito não serão fixas, elas não são acabadas e estabelecidas de uma vez por todas; as identidades são transitórias e, ao mesmo tempo, um sujeito pode integrar diferentes identidades, pois elas estão em permanente construção, estão sendo inventadas o tempo todo como afirma Bauman (2005):

[...] a “identidade” só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, “um objetivo”; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais – mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta (p. 21-22).

---

<sup>1</sup> Discussão iniciada em trabalho de Iniciação Científica financiado pela Fapesp (processo 06/60594-8), de maio de 2007 a dezembro de 2008.

As sociedades esboçam suas identidades e objetivos, detectam seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro por meio do imaginário social que se expressa por ideologias e por utopias. Por mais que apareça sempre presente a idéia de uma identidade nacional, uma identidade estabelecida pelo nascimento, ainda assim, quando há resistência, essa identidade passa a ser ameaçada. Quando o sujeito não se sente pertencente a determinado lugar – embora tenha nascido em tal lugar –, ele passa a procurar e a tentar constituir uma nova identidade para si.

A percepção de uma “identidade”, que aglutina os indivíduos em aspirações e sonhos comuns, constroi-se por meio desses símbolos que circulam no espaço social. Sob a forma de imagens reificantes, cujo enraizamento coletivo resulta de sua relevância histórica, tanto social como técnica, cada sociedade constrói seus “símbolos coletivos” que alimentam o imaginário social (GREGOLIN, 2003, p. 98).

Ao pensar no período militar brasileiro, nota-se que o Estado – o regime militar – tentava consolidar uma identidade nacional pela coerção e pela violência, além da forte propaganda nacionalista, materializada, por exemplo, em slogans como “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Porém, nesse período em que os movimentos de resistência ao governo militar eram fortemente reprimidos e ilegais, as organizações de esquerda se encontravam em uma crise de pertencimento devido à fratura dos movimentos em várias tendências e, por isso, ao conclamar uma luta de toda a sociedade tentava criar uma nova *identidade de esquerda* e que, talvez, direcionaria ainda seu discurso para a constituição de uma possível identidade brasileira para o povo.

Nos documentos da Guerrilha do Araguaia percebe-se que há uma dicotomia, uma separação entre um “nós” (a própria Guerrilha e seus aliados – o povo oprimido) e um “eles” (o Estado). O “nós” se apresenta como deslocado, desterritorializado pelo regime militar e, portanto, obrigado a viver a clandestinidade e a excluir-se da identidade nacional imposta. Ao propor a luta contra o regime e agir como sujeito porta-voz, mediador entre o povo e o Estado, aparece como um negociador de uma nova identidade brasileira. Porém, antes de se estabelecer como identidade para a nação, os discursos reagrupam enunciados já-ditos, próprios dos discursos políticos de resistência, estabelecendo, desse modo, uma retomada dos discursos, palavras de ordem e manifestos, próprios da “esquerda”. É nesse ponto que se pode referenciar que antes de uma identidade para o povo brasileiro, as organizações de esquerda, com tendências de esquerda, necessitavam de consolidação e, a todo momento, estabeleciam relações com movimentos já enraizados no imaginário popular – a revolução chinesa, a URSS ou ainda a revolução cubana. Assim, tenta-se criar na resistência, e muitas vezes na radicalização da luta armada, mecanismos que consolidem uma identidade de esquerda.

Uma forma diferente de construção identitária aparece nos textos do momento em que se estabelece uma distensão por parte do regime militar e se inicia uma abertura política, ainda que lenta e gradual (GASPARI, 2002). Ao propor uma fala consolidadora, o discurso dos romances memorialistas ou mesmo da mídia que retoma aquele momento da fase de maior repressão tratam de uma luta pela construção de uma identidade brasileira a partir da revisão do passado. Nesse momento,

quando surgem os relatos, a intenção não é mais chamar o povo para a luta armada (já que ela estava perdida), mas a de atribuir novos significados aos fatos históricos e, assim, preparar, pela via pacífica, a transição para o regime democrático. A exposição dos erros e acertos daqueles que lutaram contra o regime é proposta como uma “ferramenta” para o ingresso em um novo momento da história brasileira que, entretanto, reifica uma identidade assentada em alguns paradigmas clássicos, sobre os quais a “brasilidade” foi constituída: a “cordialidade”, o “espírito pacífico e ordeiro” do povo brasileiro.

A mídia impressa, também em um processo de transformação no final da década de 1970, cria efeitos que procuram trazer evidência ao político, desgastado pelo processo repressivo e pela forte censura aos meios de comunicação durante o período. Para isso, remodela sua estrutura de texto, trazendo o imagético não mais como suporte do verbal, mas como texto principal ao lado do próprio texto verbal. Dessa forma, ao retomar fatos ocorridos em um passado recente e trazê-los para o presente, cria-se um processo de narrativa do tempo presente, a história passando aos olhos do historiador. Nessa transformação, as imagens, o visual, apresentam papel essencial para atrair o público na “descoberta” de uma história que permanecia oculta da grande população. História e espetáculo, nesse momento, se aproximam e, com isso, há uma espécie de espetacularização da memória por parte da mídia.

Por fim, estabelecemos alguns breves apontamentos sobre os discursos de resistência e da mídia durante a Ditadura Militar Brasileira. Assim, acreditamos ser possível dar continuidade à pesquisa e nos debruçarmos a uma análise mais completa do *corpus*, dando ênfase ao discurso da mídia na tentativa de compreender mais claramente como se forma uma memória, além do verbal, também do icônico.

### **Referências bibliográficas**

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. Tradução de Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Tradução de Lílían Holzmeister e Angela Loureiro de Souza. 21.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p.01-14.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1984.

GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). **Discurso e mídia**. A cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 95-110.

\_\_\_\_\_. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise do Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à vista**. São Paulo: Cortez, 1990.

ROBIN, Régine. **História e Lingüística**. Tradução de Adélia Bolle. São Paulo: Cultrix, 1977.